



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA SEDE DO CAJ/UFG.

CARVALHO, Cíntia - Psicóloga pela Unesp/Assis - SP; Especialista em Educação Especial.  
[cintcar@bol.com.br](mailto:cintcar@bol.com.br)

SOUSA NETO, Alípio Rodrigues de – Mestre em Educação, Professor do Campus Avançado de Jataí. [alipio.neto@brturbo.com.br](mailto:alipio.neto@brturbo.com.br)

**RESUMO:** Este trabalho teve como finalidade verificar a acessibilidade oferecida pelo Campus Avançado de Jataí/UFG para receber alunos com necessidades especiais. Nesse sentido, buscou-se além de verificar as condições arquitetônicas, pontuar as condições pedagógicas, comunicacionais e humanas oferecidas pela instituição no atendimento aos alunos com necessidades especiais ingressos na universidade ou que poderiam vir a ingressar. Buscou-se com esse trabalho verificar se existe uma política de inclusão na instituição, uma preocupação dos cursos em garantir na formação dos futuros educadores, conhecimentos que os auxiliassem a lidar com a realidade da Inclusão nas redes regulares de ensino. Para obtenção desses dados foram necessários: Pesquisa bibliográfica; Observações no espaço físico arquitetônico da sede do CAJ/UFG; Entrevista para levantamento de dados que demonstrem ações e motivações dos professores/coordenadores e Direção diante do trabalho político, pedagógico e humano que requer o tema da Inclusão em todos os seus aspectos de abrangência nesta instituição de ensino e por ultimo, entrevista com aluna cadeirante (relato de caso) a fim de apreender essa realidade sob sua ótica.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos; Educação Especial; CAJ/UFG; Acessibilidade; Inclusão

**ABSTRACT:** The aim of this work was to verify whether Campus Avançado de Jataí/UFG can be considered an accessible place to disabled students or not. Thus, besides trying to check if its architectural design fits them, we also tried to check if the pedagogical, communicational and humane conditions offered by this educational institution satisfy the disabled that are already studying at university as well as those ones who may seek entry into it. We also tried to check if there is a policy on the disabled's inclusion in this university and if each School guarantees that those who intend to be educators in the future will gain here knowledge to help them in dealing with the disabled's inclusion in regular schools. In order to collect this data, it was necessary to do a research on bibliography connected to the disabled, to observe the architectural features of CAJ/UFG (in its main building), to conduct interviews to collect data that shows how involved teachers, coordinators and the director act in the political, pedagogical and humane work required by the disabled's inclusion in all of its aspects at this university and, at last, to do an interview with a wheelchair user who studies here (a case-study) with the purpose of understanding reality from her point of view.

**Key words:** Human Rights; Disabled People; CAJ/UFG; Accessibility; Disabled's Inclusion

Este artigo não tem a pretensão de pontuar os vários discursos decorrentes da política de inclusão disparados socialmente e imbricados numa disputa ideológica da fidedignidade de suas ações e propostas. Não seria uma discussão fácil, e com certeza, mereceria análise mais

detalhada. A intenção desse trabalho é simples, e se funda basicamente na tentativa de não superficializar o que deveria estar em evidência no cerne dessa política: A valorização do humano em toda sua complexa forma de ser e expressar. Não venho, nesse trabalho, usar o discurso vigente em favor do que quero defender, até porque o discurso de assuntos importantes, muitas vezes caem num modismo esvaziado de sentido.

Venho sim, através deste, me juntar a uma rede de relações complexas e convidar esse emaranhado de laços que se atravessam e se nutrem numa causa comum a passear junto comigo por alguns caminhos áridos, percorridos todos os dias por nossos sentidos surdos, não tínhamos ainda tomado por desejo e aquiescência a configuração coletiva do desenho de nova face que abarque nossa total complexidade.

Esses caminhos esvaziados de sentidos estavam ali, todo o tempo, cumprindo desorganizadamente seu papel de atender a todos. Nesse convite, a que também me lanço, espero poder contribuir para que no árido encontremos terra acessível possível de se plantar novos sentidos e fazer frutificar o que vivencialmente alimenta a todos. Esse trajeto se dá nos espaços internos da sede do Campus Avançado de Jataí, Universidade Federal de Goiás (CAJ/UFG) e tem como prioridade, verificar os acessos possíveis nesses caminhos para pessoas com necessidades especiais.

A Universidade Federal de Goiás (UFG), instituição federal de ensino e pesquisa de nível superior, vinculada ao Ministério da Educação, foi criada em 14 de dezembro de 1960, com a união de algumas escolas superiores no município de Goiânia.

Hoje a UFG, após ter passado por inúmeras transformações ao longo desse tempo, é referência em Goiás pela diversidade de áreas de conhecimento existentes, dentre elas: Área de Ciências Agrárias (Escolas de Agronomia e de Veterinária); Área de Ciências Biológicas (Institutos de Ciências Biológicas e de Patologia Tropical e Saúde Pública); Área de Ciências da Saúde (Faculdades de Educação Física, de Enfermagem, de Farmácia, de Medicina, de Nutrição e Odontologia); Área de Ciências Exatas e da Terra (Institutos de Física; Informática, Matemática, Estatística e Química); Área de Ciências Humanas (Faculdades de Ciências Humanas e Filosofia, de Educação e Instituto de Estudos Sócio - Ambientais); Área de Ciências Sociais Aplicadas (Faculdades de Comunicação e Biblioteconomia e Faculdade de Direito); Área de Lingüística, Letras e Artes (Escola de Música, Faculdade de Artes

Visuais e de Letras); Área de Engenharias (Escolas de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica).

Além dos dois campi da UFG situados em Goiânia (Campus Samambaia e Campus Colemar Natal e Silva), a UFG possui ainda quatro campi avançados, sendo que estes se localizam no interior da região goiana, nas cidades de Catalão, Firminópolis, Rialma, Cidade de Goiás e Jataí, que é onde se localiza o Campus Avançado de Jataí (CAJ/UFG) que deverá ser identificado neste trabalho.

O CAJ/UFG foi criado no dia 10 de março de 1980 depois que uma “Comissão pró - curso superior” do Lions Clube de Jataí solicitou ao reitor da UFG, através de um abaixo assinado, a criação e implementação de cursos superiores nesta cidade.

Foi necessária a parceria da UFG com a Prefeitura Municipal, para que houvesse de fato a consolidação do projeto que viabilizava a criação do CAJ/UFG.

A iniciativa de trazer o Campus para Jataí, não foi infrutífera; depois de uma série de dificuldades no que diz respeito às tentativas de se fazer vigorar o ensino superior de uma universidade pública nesta cidade, encontrou lugar nesta cultura e se estabeleceu, mesmo que precariamente, em muitos setores.

O CAJ/UFG é composto de três unidades situadas em localizações distintas. A primeira unidade é a sede, localizada na Rua Riachuelo, 1530, Setor Samuel Graham; A segunda unidade é onde se firmou o Centro de Ciências Agrárias e Biológicas, localizado na BR. 364, km 192, Setor Industrial. E a terceira unidade se localiza na área do antigo Centro Social Urbano de Jataí, na Rua Rio Verde, Setor Espírito Santo, onde funciona a Faculdade de Educação Física.

O propósito inicial desse trabalho é analisar as condições básicas que a sede do CAJ/UFG oferece para os alunos com necessidades especiais (nas suas condições arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e psicossociais) e verificar, contudo, se estamos formando educadores que consigam lidar com a realidade da inclusão que já está acontecendo na rede regular de ensino em Jataí.

## **Sede do Campus de Jataí (Unidade 1).**

**Cursos oferecidos na sede do CAJ/UFG e quantidade de alunos matriculados no ano de 2004.**

### Sede do CAJ/UFG<sup>1</sup>

Cursos	Pedagogia	Matemática	Letras	Geografia
Nº de alunos matriculados/ 2004	Curso Regular 272	118	Letras/Português 142	Licenciatura 143
	*Curso Emergencial 85		Letras/ Inglês. 122	Bacharelado 20

\* Em 2002 a Universidade Federal firmou Convênio com a Prefeitura Municipal de Jataí para o oferecimento de um curso de Licenciatura Plena em Pedagogia para profissionais da rede municipal de ensino. O curso iniciou-se em 2003 e tem o término previsto para 2006.

Para pensar as dificuldades encontradas pelas pessoas com necessidades especiais no CAJ/UFG, é preciso, entender o conceito de Acessibilidade que dará o ponto de partida para essa discussão.

Nós, pessoas humanas que somos, estamos sujeitos, em algum momento de nossas vidas, estar em condição “especial”, o que envolve estar também sob atenção “especial”. Um dia qualquer, podemos sair caminhando rumo ao trabalho e no caminho, ao passar despercebido por uma pequena lasca de concreto solta no chão, dar um “passo em falso” e correr o risco de passar alguns dias usando muletas e necessitando de algumas “ajudinhas” especiais devido à inexperiência da condição; ou mesmo estar caminhando pelas ruas nessa condição, que terrivelmente se transformou num imenso desafio, sujeito a mais alguns acidentes e constrangimentos. Enfim, poderia citar inúmeras situações simples e também muito complexas do nosso cotidiano que nos transformam numa pessoa de condição especial, mesmo que temporariamente como: dirigir um carrinho de bebê pelas calçadas pouco planejadas de uma cidade, dar um escorregão no piso liso do salão da igreja ou no pátio da universidade, pegar conjuntivite, ser mãe, ficar idoso numa sociedade que encara mal a perda do ideal de beleza e produção, subir no “grande” vaso sanitário dos pais para realizar as “produções” esperadas por estes, ou mesmo, ser atropelado por uma bicicleta...

Por uma razão extraordinariamente irônica, o homem, no decorrer da história evoluiu sistematicamente em diversos âmbitos do conhecimento, mas esqueceu-se dele mesmo neste ínterim, esqueceu-se de que era preciso construir uma sociedade que abrigasse, abarcasse toda e qualquer eventualidade que viesse a prejudicar sua integridade física, motora ou mental.

---

<sup>1</sup> Não consta nenhuma documentação nas secretarias acadêmica e administrativa do Campus Avançado de Jataí, que possa identificar alunos matriculados que possuem algum tipo de necessidade especial, também da mesma forma, não há projetos nos cursos de licenciatura que acolham fisicamente e pedagogicamente alunos que foram ou alunos que vierem a se matricular no CAJ/UFG e que tenham como singularidade alguma necessidade específica.

A Organização Mundial de Saúde estima que 20% dos habitantes dos países subdesenvolvidos são portadores de deficiência (MOURA, 2004.p.1). Partindo da estatística citada acima, são aproximadamente 30 milhões de pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial que, devido à gravidade da dificuldade física, motora, sensorial ou social, abala fortemente sua autonomia e direito de usufruir os bens, materiais e não materiais, produzidos pela sociedade.

A par do exposto, o tema desse trabalho surgiu da necessidade de conhecer a realidade ofertada para alunos com necessidades especiais no Campus de Jataí/Universidade Federal de Goiás (CAJ/UFG). Para tanto, será necessário observar os espaços físicos (arquitetônicos) da instituição formadora de educadores e também as condições pedagógicas e comunicacionais para atender a demanda dos alunos em condição especial (dificuldades motoras, sensoriais, etc) já que é considerado como prioridade para que haja a inclusão escolar, a garantia de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais a todos os espaços institucionais, além de poder contar com outros recursos que lhes permitam poder agir e se expressar com toda a autonomia e bem estar que lhes é de direito e se falamos no direito à inclusão mediante a acessibilidade, nada melhor que disparar esse movimento na cultura da própria instituição formadora do educador.

Os sistemas de Ensino de acordo com o artigo 12, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar que:

[...] a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários (MEC, 2000).

A Acessibilidade segundo a NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas) “é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos” (NBR 9050.1997.p.2).

Entende-se por Mobiliário “elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público, em espaço públicos e privados” (NBR 9050.1997.p.2).

Os Equipamentos urbanos são “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinada à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados” (NBR 9050.1997.p.2).

Acredito que esse artigo poderá proporcionar uma compreensão ampla das possibilidades de adaptações que poderão ser estudadas para melhorar e democratizar mais os espaços do Campus Avançado de Jataí – Goiás, enriquecendo-o com possíveis mudanças na sua estrutura física e psicossocial, considerando assim, os reais propósitos educacionais uma vez que atentamos nosso olhar às condições facilitadoras de um ambiente digno, criativo, que veicula a igualdade de oportunidades e ajuda a estabelecer condições educacionais mais acessíveis, além de promover condições internas/psicológicas mais saudáveis às pessoas que transitam diariamente a instituição.

Numa tentativa de explicitar a importância da acessibilidade para todos (independentemente do lugar onde a pessoa com necessidades especiais se encontre), a área da arquitetura designou um conceito *Design Universal*, que, se incorporado socialmente, estaremos percorrendo caminhos reais no sentido de incluir por direito, o sujeito no seu próprio mundo. O *Design Universal* é considerado um trabalho inovador e digno dos reais propósitos e necessidades humanas que, de modo geral, integra conhecimentos diversos de desenho arquitetônico, ou qualquer outra modalidade de desenho que venha mediar e facilitar a integração e autonomia humana dentro do espaço em que vive, contando com o menor número de obstáculos possíveis.

O Design Universal, segundo FERNANDINO (2004), Arquiteta do Laboratório da UFMG, *significa um objeto ou ambiente elaborado para a diversidade humana.*

Essa modalidade de trabalho talvez remeteria o homem a um “voltar a si”consciente de sua fragilidade e possíveis limitações inerentes a sua própria condição.

O conceito de Design Universal demonstra a importância de se trabalhar [...].

[...] com o princípio básico da inclusão proposto pelas Nações Unidas para acabar com a segregação dos deficientes físicos. É um movimento baseado no conceito de que todos os produtos, ambientes e comunicações podem ser desenhados considerando-se as necessidades de um maior número possível de usuários e com excelente resultado estético (MOURA, 2004.p.1).

Faz parte dos pressupostos do conceito de Design Universal ser acessível economicamente às pessoas com habilidades diferenciadas; atender a uma ampla gama de

indivíduos e preferências; ser de fácil compreensão, independentemente de experiências, nível de formação, conhecimento de idioma ou da capacidade de concentração do usuário; comunicar eficazmente ao usuário as informações necessárias independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais; minimizar o risco e as conseqüências adversas de ações involuntárias ou imprevistas; ser utilizado com um mínimo de esforço possível, de forma eficiente e confortável e, ainda, oferecer espaços e dimensões apropriadas para interação, alcance, manipulação e uso independentemente de tamanho, postura ou mobilidade do usuário.

É possível através do Design Universal, conhecer tendências mundiais em acessibilidade, que são as condições e possibilidades de alcance para a utilização com segurança e autonomia de edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão com necessidade especial, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que o ajudará e o levará a reinserção na sociedade.(MOURA, 2004.p.1).

Se estamos falando em tendências mundiais de acessibilidade, devemos considerar que o aluno tem o direito de ter acesso à garantia de sua permanência na universidade e isso inclui o livre acesso pelos caminhos (espaço físico) que esta lhe oferece, o acesso aos meios didático-pedagógicos, comunicacionais, os meios que favoreçam as interações sociais dentro do espaço acadêmico, enfim, tudo que possa contribuir para que o aluno se sinta bem, podendo, dessa forma, estar sendo garantido a esse aluno o direito de livre acesso à educação, e, ainda, sua autonomia, auto-estima, enfim, saúde mental, qualidade de vida, condições que envolvam o seu sucesso acadêmico e continuidades de existência.

Para dar seguimento a esse trabalho é preciso mencionar dois documentos fundamentais, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Portaria do MEC, nº 3.284 de 7/11/2003, para que pudesse estabelecer uma relação entre o “proposto” sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais nos sistemas públicos de ensino, com o que “existe” efetivamente no Campus de Jataí, tanto no aspecto físico como no de recursos humanos ou, dito de outra forma, tentaremos discutir o processo de inclusão no CAJ analisando tanto a parte física da instituição como o preparo dos professores formadores de futuros profissionais da educação para atender a esse desafio.

Com relação a este estudo, espero colaborar para implementação de um novo projeto educacional, uma nova proposta pedagógica ou uma nova concepção do processo

ensino-aprendizagem no CAJ que envolva, necessariamente, novas formas de pensar o processo de inclusão.

No que diz respeito ao processo de inclusão de pessoas com dificuldades diversas (visual, auditiva, motora...) essa questão nos parece de extrema relevância na medida em que um espaço físico inadequado pode dificultar o acesso a “lugares” (salas, bibliotecas, banheiros, etc) que podem comprometer a plena inserção/socialização da pessoa no espaço acadêmico. Consideramos que a instituição educacional é um “lugar” onde o indivíduo tem o direito de exercer sua cidadania, ou seja, de se movimentar de acordo com suas necessidades e possibilidades; de poder conviver, trocar experiências com outros; de ser ouvido; de aprender; enfim, de se inserir plenamente no seu cotidiano escolar.

No transcorrer da década de 1990 organizaram-se diversas conferências internacionais das quais resultaram documentos fundamentais para repensar uma educação inclusiva. Pela relevância que assumiram na orientação de políticas públicas em diversos países do planeta, destacamos a *Declaração Mundial de Educação para Todos*, de 1990 e Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994.

O Programa proposto pela Declaração Mundial de Educação para Todos visa estabelecer objetivos que tenham como horizonte a edificação de uma educação a todos os cidadãos, independente de raça, gênero, idade, das habilidades físicas e cognitivas de cada pessoa. Desta forma, todos devem ter acesso à escolaridade, aos bens culturais construídos socialmente, ao processo de produção e de difusão do conhecimento, utilizando-o para o exercício de sua cidadania.

Com relação às pessoas com necessidades especiais, o artigo 3 da Declaração Mundial estabelece o seguinte objetivo:

Universalizar o acesso à educação e promover a equidade [...] 5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

No item referente a ações prioritárias em nível mundial, o referido documento destaca que os governos dos diversos países devem ter:

Programas desenhados para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de grupos desassistidos, jovens fora da escola e adultos com pouco ou nenhum acesso à educação básica. Todos os parceiros poderão compartilhar suas experiências e competências na concepção e execução de medidas e atividades

inovadoras, bem como concentrar seus financiamentos para a educação básica em categorias e grupos específicos (por exemplo: mulheres, camponeses pobres, portadores de deficiências), e assim melhorar significativamente as oportunidades e condições de aprendizagem que lhes são acessíveis.

Embora os documentos tratem fundamentalmente sobre a necessidade de ampliação da educação básica, com a ampliação das oportunidades educacionais, alunos que necessitem de atenção especial ingressarão nas Instituições de Ensino Superior que, obviamente, devem estar preparadas para recebê-los. Dessa forma, podemos antever as preocupações que se referem às Instituições de Ensino Superior já que são estas instituições que irão preparar o profissional para a educação. A expectativa é que se tenha condições de formar um profissional capaz de lançar novo olhar sobre as diferenças, e principalmente, um profissional capaz de educar com dignidade alunos com necessidades especiais matriculados na rede regular de ensino.

Pensando a Inclusão digna de alunos com necessidades especiais no Ensino Superior, devemos salientar que se faz importante citar, integralmente, a Portaria Nº 3.284 de 7 de novembro de 2003.

Essa Portaria diz o seguinte:

Considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino resolve:

Art 1 Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fim de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2 A Secretaria de Educação Superior, com apoio técnico da Secretaria de Educação especial estabelecerá os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira das Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas portadoras de deficiência e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

Os requisitos de acessibilidade de que se trata no caput compreenderão no mínimo:

I - Com respeito a alunos portadores de deficiência física:

- a) Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) Reserva de vagas em estacionamento nas proximidades das unidades de serviço;
- c) Construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

II – No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) De manter a sala de apoio equipada como máquina de datilografia Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamentos para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;

b) de adaptar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras para uso didático.

III – Quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) De propiciar, sempre que necessário, intérprete de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) De estimular o aprendizado da Língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- d) De propiciar aos professores acesso a Literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

Através dessa portaria foi possível observar como a sede do Campus Avançado de Jataí/Universidade Federal de Goiás tem se movimentado no sentido de abarcar politicamente/socialmente a demanda que existe de alunos com necessidades especiais e a que está prestes a chegar na Universidade, se os departamentos se envolvem com esse tema, se está previsto no currículo das disciplinas dos cursos de licenciatura a disciplina Educação especial, já que formamos educadores que terão que lidar depois de formados com essa realidade.

Para fazer as considerações das condições (arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e psicossociais) que o Campus de Jataí oferece aos alunos com necessidades especiais, foram realizadas entrevistas com os coordenadores dos cursos de Pedagogia, Matemática, Letras e Geografia e com o Diretor do CAJ como meio de fazer uma leitura geral das condições oferecidas pelos departamentos de cada curso a educação inclusiva do CAJ/UFG.

Dessa forma, as entrevistas foram feitas individualmente, a cada coordenador de curso e com o Diretor da sede do CAJ/UFG, com a intenção de verificar como cada curso e a instituição, de uma forma geral, tem lidado com o tema da inclusão<sup>2</sup>.

Segundo as coordenações entrevistadas, pode-se perceber que existem dificuldades nos departamentos de pensar a inclusão de alunos com necessidades especiais ingressando no CAJ/UFG e isso pode ser observado através dos seguintes relatos:

Coordenação1: (Informação verbal)

---

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas com os coordenadores dos seguintes cursos: Pedagogia, Geografia, Matemática e Letras. Para efeito de realização desse trabalho, na garantia de não nomear nenhuma coordenação, enumeramos fora da seqüência descrita acima as coordenações.

Não. Eu não sou a favor da inclusão no CAJ/UFG. Não nos moldes como está sendo proposto, eu sou, desde que a própria Universidade, a própria estrutura da Universidade, dê condições para o professor trabalhar com esses alunos. Eu não estou vendo nenhuma iniciativa nesse sentido[...] não tivemos nenhum curso que fossemos convidados a participar para falar dessas questões, nós não tivemos nenhum especialista nessa área por exemplo trabalhando a questão das dificuldades de aprendizagem em decorrência de problemas.

[...] Quando eu falo de dificuldades é mais especificamente desses alunos que tem essas deficiências, por exemplo, que não fala muito, tem problema de fala, de processamento da aprendizagem. Eu não vejo nenhuma estrutura que propicie o ingresso desse aluno com sucesso. Eu acho que isso aí seria mais uma pseudodemocratização do ensino para dizer que está incluindo, mas que no final, eles vão acabar ficando isolados da turma, parece que não há como[...] Parece que eles vão perceber mais acentuadas as suas diferenças com relação aos outros.

A fala do coordenador 1 traz a tona à discussão sobre a necessidade da universidade se preparar para poder abarcar os alunos com necessidades especiais. Nesse sentido, a coordenação aponta para a necessidade da Universidade se preparar primeiro para, posteriormente, receber esses alunos, o que nos parece impossível já que a entrada de alunos nos cursos de graduação, que precisam de uma atenção diferenciada, já vem ocorrendo.

Por fim, um aspecto extremamente relevante levantado pela entrevista, diz respeito à reprodução da discriminação, caso a instituição não se reestruture para receber esses alunos. Desta forma, o aluno com necessidades especiais entraria na instituição, mas não teria garantia de autonomia e sucesso. Ocorreria aquilo que o coordenador 1 chamou de pseudo-democratização.

Vejamos a seguir a entrevista com o Coordenador 2:

#### Coordenação 2: (Informação verbal)

[...] A gente está o tempo inteiro vendo ou ouvindo falar de inclusão, mas não paramos para pensar nisso em nenhum momento. Temos uma cadeirante que está no terceiro ano e enfrenta sérios problemas [...] comigo mesmo isso aconteceu em sala de aula, de precisar passar um filme, a televisão em baixo da escada não dava certo e fiquei super constrangida, porque aí ela falou: - Podem ir! Aí as meninas foram assistir e eu dei o filme para ela levar para casa. Eu sei que ela achou ruim, mas eu fiquei pior do que ela, mas não tinha alternativa. Se a gente for pensar, não paramos para pensar nem nela mesmo, que esse ano vai para o quarto ano. Então eu acho que não paramos para pensar nessa realidade, o Campus não parou para pensar, o curso não parou para pensar. Pensamos que isso não vai acontecer conosco[...] Nenhum aluno vai fazer vestibular. Eu acho que ainda não caiu à ficha.

Nós estamos pensando assim: Nossos alunos vão precisar porque vai ter crianças na escola com necessidades especiais, mas não pensamos: NÓS VAMOS PRECISAR! Em nenhum momento, pelo menos da minha parte, eu tenho certeza e enquanto coordenadora, também não foi pensado essa questão no departamento.

O relato acima é bastante eloqüente no que diz respeito à necessidade da Universidade se adaptar a uma situação que tende a se transformar rapidamente daqui em diante na instituição. É preciso pensar a presença desse aluno, e mais do que isso, garantir a este, educação (formação profissional) de qualidade. Isso pressupõe uma preparação dos profissionais formadores e uma reestruturação do espaço físico-pedagógico que garanta os direitos desses alunos.

Uma outra questão relevante levantada pelo coordenador 2 é justamente o discurso contraditório que está presente na entrevista. Pensou-se num determinado momento na formação do professor para lidar com a diversidade de alunos, mas a discussão sobre a inclusão dentro da Universidade foi praticamente uma descoberta. Essa situação de dificuldade em lidar com a inclusão no ensino superior é confirmada pelos coordenadores 3 e 4, como podemos ver a seguir:

#### Coordenação3: (Informação verbal)

Eu acho que os professores daqui estão incapacitados para trabalhar com problemas especiais, principalmente com deficiência auditiva, porque nem todo mundo sabe fazer a linguagem dos gestos[...] aqui se for ver, quem sabe LIBRAS entre os professores? Acho que ninguém, um dois, talvez. Os deficientes visuais [...] também não temos estrutura adequada para trabalhar com eles. Os deficientes físicos podem, mas não temos rampas, não temos bebedouros apropriados, banheiro não é adaptado, então engloba tudo[...] O psicológico, os professores muitas vezes não sabe lidar[...]E aí, como fazer? É difícil, eu acho isso bem difícil.

#### Coordenação 4: (Informação verbal)

Uma situação que ainda a gente não vive e vejo que se for para vivenciar, vamos enfrentar bastantes dificuldades...Eu não vejo como separar essas pessoas dos ditos normais...Agora há situações que eu questiono...deficiência auditiva, a deficiência de visão, eu não sei como é que lidar com essas situações.

Interessante perceber na fala do Coordenador 4 o não conhecimento sobre a existência de alunos com deficiência auditiva e motora no Campus. Essa é “uma situação que ainda a gente não vive...”.

Assim, Através destas entrevistas, ficou claro que mesmo em face das dificuldades enfrentadas pelos professores/coordenadores, não houve nenhuma iniciativa das coordenações dos departamentos nos sentido de realizar estudos, discussões sobre o tema.

As preocupações sobre o tema “inclusão”, quando ocorrem, são limitadas, e enfrentadas de forma particular. Não existe uma discussão no espaço da instituição que

abarque o coletivo dos educadores formadores de profissionais. Percebe-se em parte, certa ambigüidade dos departamentos em abarcar essa demanda e naturalmente, inseguranças e necessidades de saber como isso poderia ser resolvido, como pode ser visto a seguir:

Coordenador 1: (Informação verbal)

Só se a gente cobrasse a presença de alguém para trabalhar essas questões com nossos professores. Eu continuo achando um problema complexo para uma solução rápida. Eu acho que está vindo muito de cima para baixo [...] É como o Construtivismo que veio com uma proposta, assim, de imediato, sem preparação e acabou fracassando na maioria dos casos. Então eu acho meio complicado.

Coordenador 2 – Referindo-se a existência de grupos de estudos sobre esse tema no departamento (Informação verbal):

“Não. Só na área de Psicologia, isso aconteceu, mas pelo menos na minha área e como coordenação, não vi nenhum. Nesse sentido, eu acho que não tem nenhum grupo de estudo pensando no assunto dentro da coordenação”.

Coordenador 3: (Informação verbal)

Tem professor que quer discutir o problema sem ele existir. Eu falo bem assim: Eu prefiro discutir o problema quando ele existe, porque aí, você está vendo a coisa concreta e você vai e tenta solucionar o problema, e se você discute fica numa questão mais filosófica. Eu prefiro discutir quando aparecer, mas isso não impede do Campus já estar se preparando.

Coordenador 4 – Referindo-se à existência de grupos de estudos sobre esse tema no departamento (Informação verbal):

Não. De forma alguma. Eu vejo que, caso essa pessoa chegue até aqui, a gente não pode discriminá-la, isso é fato, mas que a gente tem preocupação, nesse momento, de estar olhando para esse possível ingresso dessas pessoas aqui, a gente não tem parado para pensar. Acho que isso aí vai ser um fato novo, vai ser uma nova vivência. Eu pessoalmente não sei se as pessoas estão dispostas [...] É fato que a gente não vai discriminar, mas acho que não é um assunto fácil de tratar.

Não existe nenhuma providência sendo tomada ainda por parte das coordenações, no sentido de atender a lei da inclusão dentro do Campus Avançado de Jataí; todos compreendem que falta a acessibilidade aos alunos com necessidades especiais e admitem a falta de preparação para lidarem com alunos em condições especiais, como se pode ver a seguir:

Coordenação 1 – Verificando se os professores estão preparados para atender alunos com necessidades especiais (Informação verbal):

“Sinceramente, no departamento eu não vejo ninguém”.

Coordenação 2: (Informação verbal)

Acho que não tem, pelo menos nenhum professor que tenha mencionado. Na minha disciplina, eu assisti uma apresentação de trabalho de uma professora que estava tentando trabalhar o conceito de arte com uma criança cega. A pesquisa dela era com relação a isso. Eu fiquei encabulada, falei: Gente! Como é que vai trabalhar a visualidade? No concreto é extremamente difícil e nós que trabalhamos contra o estereótipo, que é o exemplo de tentar tirar da criança aquele estereótipo do desenho daquela arvorezinha, daquela casinha, o meio que ela achou foi empregar o estereótipo no concreto. É uma faca de dois gumes, mas ela falou que em sua pesquisa, levou a criança, a tocar a árvore, ver a árvore, ver a folha, e que na hora de trabalhar, ela pegava o e.v.a e desenhava e contornava a árvore no e.v.a, depois criava em sucata a árvore, mas, Como? No estereótipo! Então, é outra visão do estereótipo, porque foi o Caminho que ela achou de trabalhar, mas eu achei super difícil. E ver aquela menininha desenhando com o dedinho acompanhando [...] achei fantástico! Mas extremamente complexo. Ninguém está preparado para isso. Nunca tinha pensado o que é trabalhar conceito visual com quem não tem o visual. É coisa para se pensar. Se chegar um aluno agora, dessa forma, minha disciplina tem que dar conta disso e nós não paramos para pensar.

Coordenação 3: “Filosoficamente sim”. (Estão preparados)

Coordenação 4: “Não. Não estão preparados, mas eu sei que essas pessoas vão recepcioná-los bem. Seria um novo envolvimento”.

Todos os Professores/Coordenadores mostraram não saber usar a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) e nem o código BRAILLE, como também se verificou desconhecimento dos recursos por parte de uma das coordenações:

Coordenação 1 – Verificando se conheciam recursos como LIBRAS ou BRAILLE):  
“Não nenhum. O único curso que eu não sei se tem relação com isso aí, que eu não conheço é o *esperanto*”.

Nas entrevistas feitas às coordenações, observou - se que não há materiais pedagogicamente adaptados devido à falta de demanda de alunos com necessidades especiais e em consequência a não adaptação de uma política inclusiva que solicite esse material do MEC.

Foi distribuído um formulário, onde todos os coordenadores deveriam preencher, informando a quantidade de alunos em condições especiais que se tem no CAJ/UFG. Segundo o diretor do Campus Avançado de Jataí,

[...] você responde o formulário e informa para eles que não tem nenhum problema no Campus. Que política que eles vão fazer para corrigir os problemas ou aperfeiçoar a questão do nosso quadro docente, a questão das instalações e tudo mais para atender esse pessoal.

O diretor ainda discute:

A Universidade tem essa política de Inclusão. Onde estão as exigências?

[...] Faz - se um levantamento e devolve aquele formulário para o Ministério da Educação. Eles falam assim: Não! (É a política do Ministério!). A Universidade não precisa disso, porque lá não tem problema nenhum de Inclusão [...] É aquilo que eu disse, devido à questão das respostas que a gente coloca naqueles questionários (formulário) e encaminha. É difícil para a Universidade quando você responde um relatório e diz que não tem nada e eu acho que é até um trabalho que a gente devia fazer de conscientização, de levantamento desses alunos, porque a gente sabe que todo ano tem esse relatório. Talvez, pegar as pessoas que tem mais afinidade nesta área, não sei. A minha idéia é o seguinte: A comissão deveria trabalhar com pessoas um pouco mais especializadas, se a gente conseguisse então um médico, não sei, e colocá-lo nessa comissão que poderia até ser membro externo para passar nas coordenações, dar orientação para a gente ver, detectar quais são as deficiências e aí sim responder aquele relatório com um pouco mais de seriedade.

O diretor relata que tomará as providências que lhe cabem para a adaptação do Campus, nem que inicialmente essa intervenção seja apenas arquitetônica, num primeiro momento:

A gente vai ter que solicitar da Universidade, Providências [...] São vários os problemas que a gente tem que resolver um a um. [...]eu vejo e encaro isso com bastante seriedade, como uma coisa que a gente tem que resolver,não pode ficar adiando. A primeira providência que eu vou tomar[...]o relatório que o Ministério encaminhou (formulário),eu vou pegar uma cópia e encaminhar para a reitora, e vou contar os pontos das deficiências (arquitetônicas)  
Vou encaminhar um documento para a reitora, solicitando a intervenção imediata para que a gente possa corrigir (acessibilidade).

É importante salientar que dentro dessa mesma discussão sobre a acessibilidade no Campus de Jataí, o MEC, ao vir avaliar um dos cursos de Licenciatura chamou a atenção às instalações da biblioteca, dos banheiros, da falta de rampas, por não fornecerem condições nenhuma de acesso àquele que apresenta dificuldades físicas/motoras ou sensoriais.

A seguir, citações feitas no documento emitido pela comissão de avaliação do MEC que revelam a atual inacessibilidade do Campus Avançado de Jataí:

Quanto às instalações gerais do Campus:

Os sanitários precisam melhorar e atender as exigências de acesso aos portadores de necessidades especiais [...] Nas salas de aula que funcionam no primeiro andar do prédio que atende ao Curso de Pedagogia, não há rampas ou elevador, sendo necessário o uso de escadas para acesso às salas de aula, o que inviabiliza o acesso aos alunos portadores de necessidades especiais.

Ainda, no parecer final do documento elaborado para a sede do CAJ/UFG, fica claro: “precisa criar condições mínimas de acesso para portadores de necessidades especiais, para atender às normas legais”.(INEP, 2005)

Sobre as entrevistas, em todos os cursos pode ser verificado que o tema da Educação especial/Ensino inclusivo, não está previsto em nenhuma grade curricular. Alguns coordenadores acreditam que a disciplina Psicologia da Educação pode ser a única disciplina que abarque esse tema na grade curricular, mas observou-se que explicitamente, esse tema não se apresenta nas ementas de Psicologia da Educação.

Foi sugerida, diante dessa questão, a possibilidade de tratar sobre esse assunto na nova grade curricular de Pedagogia, uma vez que está prevista que o curso seja semestral e diante disso serão ofertados, Núcleos Livres, ou seja, diferentes disciplinas pelo que o aluno poderá optar podendo, dessa forma, abrir um núcleo livre que permita discussões sobre o ensino especial.

Dessa forma, podemos concluir com as entrevistas, que nenhuma disciplina das licenciaturas oferecidas pelo Campus de Jataí, (exceto o currículo adaptado do curso de Pedagogia Emergencial) trabalha com o ensino da Educação Especial, no sentido de melhorar a formação do educador para lidar com tal assunto, isso contradiz a Portaria do MEC Nº 1.793 de dezembro de 1994 que considera necessário complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que interagem com os portadores de necessidades especiais e recomenda no seu artigo 1 “a inclusão da disciplina *Aspectos Ético-Político-Educacionais na Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais*, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. (MEC,1994).

Embora as terminologias dos documentos oficiais não acompanhem as mudanças historicamente construídas (terminologias), é de suma importância que esses assuntos estejam disponíveis nas grades curriculares.

Pôde ser observado também, através das entrevistas realizadas, que não há ações no sentido de melhor atender o aluno em condições especiais que já existe no Campus ou mesmo

que venha a se matricular; Os professores/coordenadores demonstraram inseguranças, quanto ao tipo de trabalho que deveriam ofertar a alunos com necessidades especiais, ingressantes nos cursos de Licenciatura.

Concluimos, portanto, que nesse âmbito, a base formadora do educador está comprometida.

### **O olhar de uma aluna cadeirante diante da instituição CAJ/UFG.**

Tomando como referência o olhar do aluno com necessidades especiais e seu enfrentamento diante da instituição, foi convidada a participar deste trabalho uma das alunas do CAJ que possui dificuldades físicas de locomoção devido a uma Poliomielite na infância. Assim, precisou usar desde pequena, como pés e pernas, a cadeira de rodas, parte fundamental de seus membros que lhe garante autonomia em seus movimentos...O direito de ir e vir por aí, deslizando existencialmente suas formas de ser... rodando, dançando a diversidade da vida, na sua cadeira com rodas...Qual o problema? O problema é que a História excluiu por muito tempo o ser diferente... A cadeira que deveria fornecer-lhe os movimentos um dia perdidos, enclausura os desejos e deslizes...Dificulta o que deveria ser de mais simples no cumprimento de suas ações rotineiras...Mas, mesmo com essa marca herdada pela história, cicatrizada rudemente na consciência e edificações deixadas, é chegada à hora de novos tempos, e se a Lei da Inclusão assustou todos nós é porque não é fácil lidar com o que sempre nos foi desconhecido da noite para o dia...E a indiferença histórica retrata nossa ignorância sobre o diverso, o incomum, o não homogêneo. Lidar com nossa ignorância é ter que aceitar que o diverso é inerente à unicidade humana, sem temor de Leis, mas pelo simples respeito às singularidades humanas, e mais difícil, aceitar que as mudanças implicam um olhar voltado para dentro, ferida que dói, mas que por isso mesmo, transforma.

Essa aluna trata dos assuntos que envolvem a exposição de suas limitações físicas com naturalidade e bom humor, num mundo tão pouco arquitetado para ela. Não foi fácil para ela chegar no ensino superior, se levamos em consideração as poucas vezes que alguém cruzou seu olhar e decifrou as barreiras e belezas da diferença que seu olhar projeta.

E foi pensando nela que percebi o quanto o Campus Avançado de Jataí, uma instituição nova e séria com o compromisso da educação, precisa se colocar frente a frente

com o olhar do “desigual”, com o olhar que demanda novo olhar, o olhar que mostra sentidos em ângulos que provavelmente aos nossos, são desconhecidos.

Dessa forma, deixei que ela falasse por si mesmo das dificuldades encontradas nesses espaços já tão percorridos no seu quarto ano de universidade e permitisse que pensássemos sobre sua própria ótica.

Desde o vestibular para entrar no CAJ, por sentir que poderia encontrar resistências, como em outros lugares já havia encontrado devido às faltas de adaptações necessárias a pessoas com dificuldades como a dela, decidi não informar na ficha de inscrição que possuía dificuldades físicas.

O desejo era de ser professora, e ainda o é.

[...] Entrei aqui e foi muito difícil meu primeiro ano! Como foi difícil! Porque a entrada da faculdade é escada [...] Tinha que vim pelo estacionamento, todo cheio de buraco! O dia que chove não tem como você passar ali. Quando você vai entrando tem uma parte que é meio alto e de qualquer forma, tem que estar empinando a cadeira.

Existe uma fenda que separa o estacionamento da calçada e do pátio e ela diz:

“Eu tenho que passar meio de lado porque se eu passar de frente, as rodinhas entalam lá dentro”.

Há ainda escadas que dão acesso às salas de pavimento superior, mas que constituem enorme barreira arquitetônica àquele que possui dificuldades motoras. Podemos perceber quando a aluna relata suas dificuldades:

[...] No meu primeiro ano tive muitas dificuldades com as salas. Os professores na hora de planejarem as aulas esqueciam que tinha uma deficiente física. E aí, a sala de vídeo é aonde? No andar de cima. Uma vez até subi [...] Os professores me carregaram (eu e a cadeira). Meu estômago ficava gelado...

[...] Aí um dia caí na real e falei: Gente! Para quê eu tenho que subir sendo que eu tenho meus direitos de ficar aqui embaixo? Nunca mais subi [...] No segundo e no terceiro ano eu também tive dificuldades, porque o professor pegava e chamava a turma para subir e depois passava filme para eu assistir em casa e assim eu aceitava, mas era chato isso!

Outra dificuldade encontrada pela aluna foi com relação ao uso dos banheiros, e ela relata para que fique claro a inacessibilidade dos banheiros para pessoas que usam cadeiras de rodas, nessa instituição de ensino. Antes da reforma dos banheiros, em 2003, feita para recepção do ENEPE, ela nem entrava no vão da porta, depois da reforma, ela consegue entrar no espaço do banheiro, mas o vão das portas que dão acesso aos sanitários, ainda não tem medidas suficientes para o acesso da cadeira de rodas. Sendo assim, exponho aqui o relato das

dificuldades que ela enfrenta e que pequenas adaptações no espaço físico do banheiro, lhe pouparia desses constrangimentos:

[...] Quando eu estou muitíssimo apertada, ou então quando eu tenho que vir aqui a tarde e já fico da tarde até a noite, aí eu tenho que usar o banheiro mesmo, não tem como[...]Eu deixo alguém olhando a porta, para eu poder entrar lá e fazer as necessidades[...]Eu tenho que pegar, encostar a cadeira pertinho do vaso sanitário,tiro a roupa em cima da cadeira mesmo e passo, pego nas bordas do vaso sanitário, e coloco meu peso sobre ele.Eu poderia ficar de pé somente firmando nas bases (se as tivessem), para tirar a roupa.

A aluna também reclama a altura da pia, que também dificulta seu acesso:

“A pia também é muito alta, eu tenho que ficar esticando os braços... dá para lavar as mãos, mas tenho que ficar esticando”.

Pergunto se ela já conseguiu se ver no espelho do banheiro...ela responde rindo, meio que surpresa:

“Não. Nunca consegui”.

Também no pavimento inferior, verificaram-se inaptações no banheiro masculino para uso de alguém que ande em cadeira de rodas.

Mesmo sabendo que as escadas que levam os alunos ao pavimento superior barram qualquer possibilidade de acessibilidade a deficientes físicos, verificou-se que mesmo que houvesse elevadores, ou rampas, os banheiros que ficam no pavimento superior também teriam que sofrer modificações para atender às Normas Técnicas em Acessibilidade e adaptar medidas dos vãos das portas, alturas de pias, falta de barras, etc.

Um dos grandes problemas enfrentados pela aluna que também está diretamente relacionado à sua dificuldade em sentir autonomia dentro da sede do Campus Avançado de Jataí, diz respeito ao uso da biblioteca. Em primeiro lugar, logo ao entrar, percebe-se que a porta se estivesse em boas condições de funcionamento, daria fácil acesso à biblioteca, mas já há algum tempo a porta está estragada, que no caso, já dificulta a entrada da aluna, pois a porta não abre o suficiente para que ela possa entrar.

O balcão da biblioteca piorou muito depois de uma reforma que sofreu, pois agora não atende a nenhuma norma de acessibilidade para deficientes físicos que andam em cadeira de rodas.

Melhor do que eu, a aluna relata:

[...] Você viu que mudou o balcão da biblioteca? Antigamente o atendimento era realizado em mesa, agora não alcanço mais, porque ficou muito alto, colocaram vidro [...]nem dá para assinar nada,eu tenho que pedir para ela (bibliotecária) sair, para eu poder conversar com ela. Tenho que pedir para alguém pegar livros para mim, porque eu não passo entre as estantes, e se entro tenho que sair de ré.

O único lugar da biblioteca citado no relato que apresenta acessibilidade para pessoas que usam cadeiras de rodas é o caminho que leva até as mesas de estudo. Nesse espaço da biblioteca, há mesas acessíveis para que ela possa acomodar a cadeira de rodas e estudar.

Outro lugar também inacessível à aluna do Campus é a sala de tirar cópias de textos (sala de xerox), primeiramente porque ela não consegue entrar pela porta e se conseguisse teria problemas com a altura do balcão, como pode ser constatado no seu relato:

[...] Peço o rapaz para ir lá fora para explicar a ele o que eu quero... Além de o balcão ser quase encostado na porta e altíssimo, não dá para eu passar de jeito nenhum, as minhas rodas ficam de fora...a cadeira entra, mas metade fica para dentro, metade para fora.

“O balcão da secretaria e da livraria também são altos e tenho que ficar conversando com a cabeça bem girada para cima”. Enquanto a aluna relata as dificuldades enfrentadas no espaço da sede do CAJ, devido à falta de adaptações para deficientes físicos, ela se lembra de um detalhe, o bebedouro...

“O detalhe do bebedouro é uma piada... tenho que trazer copo de casa, levantar bastante o braço para poder colocar água... e o detalhe é que a água cai em mim...A questão do bebedouro é a altura, tinha que ter um mais baixo.”

Quanto aos telefones públicos, ela também manifestou dificuldades em ter autonomia nas suas ações:

“Eu não consigo alcançar os números e nem saber quantas unidades tem. Eu sempre peço alguém para discar”.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista o desejo de verificar se nessa instituição de Ensino superior, o (Campus Avançado de Jataí), tem cumprido dignamente a Declaração de 1990 que prevê mundialmente a Educação para todos, pode ser nesse momento concluído que:

A instituição ainda não está preparada para receber alunos com necessidades especiais, tendo em vista vários fatores, dentre eles, os que envolvem condições de estrutura física/arquitetônica adaptada, recursos pedagógicos/comunicacionais e humanos para compreender tal diversidade.

O número de barreiras arquitetônicas para deficientes físicos e visuais ainda não foram reparados, embora haja uma iniciativa decorrente de uma fala do Diretor do CAJ, que os problemas que dizem respeito às mudanças arquitetônicas serão sanados o mais breve possível. Não há, portanto, nesse momento, o mínimo que possa garantir a acessibilidade do aluno com necessidades especiais no Campus CAJ/UFG. Ainda dentro do quesito que se refere às mudanças da estrutura física da Universidade, é necessário salientar a importância das rampas (que devem ter grau de declividade acessível, como prevê a NBR 9050), as calçadas devem assegurar largura de passagem para o aluno cadeirante ou aluno com dificuldades visuais, junto com outros alunos no mesmo espaço, com o menor número de obstáculos possíveis (isso envolve a eliminação de buracos, fendas, grelhas) que podem atrapalhar o livre acesso com segurança e autonomia de alunos com dificuldades motoras ou visuais. Os estacionamentos devem ter reserva de vagas para os deficientes físicos destacadas com Símbolo Internacional de Acesso.

A rampa que leva o aluno ao Laboratório de Informática é inapropriada para o uso de cadeirantes por ser muito alta e, além disso, por conter barreiras arquitetônicas, logo na entrada do laboratório.

Os banheiros precisam ser adaptados, recomendação feita pela própria Comissão de Avaliação do MEC quando esteve em Jataí avaliando um dos cursos do CAJ, no final do ano de 2004.

A adaptação dos banheiros se faz urgente tendo em vista que fere direitos morais e constitucionais do aluno cadeirante, já que a instituição não fornece condições de realização de necessidades básicas, fisiológicas do alunado em questão. Estes banheiros precisam de barras de apoio, lavabos adaptados, espelho inclinado, espaço de giro suficiente e tantas outras normas que a NBR 9050 disponibiliza para o entendimento das necessidades daquele que possui dificuldades motoras ou sensoriais.

Beber água também é problema para quem usa cadeiras de rodas no CAJ, alguns bebedouros, podem também ser adaptados, assim como telefones públicos, os balcões (secretaria, livraria, biblioteca, xerox). Uma observação é especificamente sobre o vão da porta de entrada para a fotocopiadora, o aluno cadeirante nem consegue entrar, assim como não consegue livre passagem e autonomia entre as estantes da biblioteca, assim como não consegue passar sem constrangimentos quando deseja algo no pavimento onde fica o departamento de seu curso, etc.

Pode ser observado também nesse trabalho, que os professores, conhecem pouco ou nada sobre as novas tendências em acessibilidade nas escolas.

Conclui-se nesse trabalho, que embora haja uma política de inclusão dentro da Universidade, não foi solicitada ainda adaptações pedagógicas no CAJ, por não ter apresentado demanda suficiente de alunos com necessidades especiais no curso, para que concretizasse essa solicitação. Devemos salientar que não é o caso da sede do CAJ, mas há relatos de alunos com dificuldades auditivas nas outras unidades do Campus, que se não fossem os aparelhos pessoais de audição, com certeza teriam muitas dificuldades em passar por todo processo de ensino/aprendizado que os envolvem, sendo universitários.

Diante disso, pode-se supor que o envio de formulários da UFG para preenchimento todos os anos nos departamentos de todos os cursos para saber a quantidade de alunos com necessidades especiais (sejam elas de ordem motora, sensorial, manifestações de talentos ou mesmo problemas psicológicos ou psiquiátricos) deve ser questionado e mediante isso, elaborado novas estratégias pelos professores com relação ao seu preenchimento, abarcando necessidades humanas e não classificatórias que forneçam informações mais verdadeiras e precisas sobre as particularidades dos alunos. Só assim, saberemos com um pouco mais de certeza e veracidade o perfil dos alunos do CAJ que demandam uma atenção mais especializada. Sendo assim, os formulários encaminhados ao MEC, sem apresentar nenhum tipo de demanda, impede uma maior adaptação da política de inclusão no CAJ e o ato de preenchimento desses formulários deve ser digno de intervenção para que se tracem estratégias mais sérias e criteriosas de avaliação, antes de cada coordenação preenchê-los e encaminhá-los.

Não há, em decorrência da não adaptação da política da inclusão, materiais pedagogicamente adaptados disponíveis, nem há projetos que solidifiquem a idéia de se formar uma sala de recursos dentro do Campus para atender alunos já matriculados ou que ainda venham a se matricular em algum dos cursos de licenciatura já mencionados.

Concluimos também que os professores não se sentem seguros para lidar com o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais matriculados ou que vierem a se matricular nos cursos oferecidos pelo CAJ, não se sentem capacitados para lidar com suas disciplinas se tiverem alunos em sala de aula com necessidades especiais e ainda, com as dificuldades demonstradas pelos professores/coordenadores em lidar com a Educação especial no ensino superior proposto pelo CAJ, não houve concretamente e nem há nenhuma iniciativa de estudos ou pesquisas sobre essa temática. Devemos salientar que essa discussão sobre a

inclusão abriu uma exceção no curso de Pedagogia que desde então já se empenha em abrir o IV Simpósio de Educação do Sudoeste Goiano tendo como referencial temático para discussão a Educação para a diversidade e singularidade humana, desde a educação básica até o ensino superior.

E é assim que vemos o conhecimento sendo disseminado e começamos a traçar os caminhos possíveis para a inclusão da dignidade em nossas ações.

Concluimos também que os alunos que estão sendo formados para futuros educadores no CAJ estão saindo sem saber trabalhar com o ensino inclusivo previsto por Lei nas redes regulares de todos os níveis de ensino.

Não há previsto em nenhum dos cursos, cujos coordenadores foram entrevistados, disciplinas que contemplem o assunto da Educação Especial/Educação para a Diversidade, exceto pelo curso de licenciatura plena em Pedagogia Emergencial (que adaptou o currículo a essa modalidade) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ensino – Aprendizado e Desenvolvimento (NEPEAD), idealizado e realizado por professora/psicóloga do Departamento de Pedagogia do CAJ/UFG que considerou importante abarcar esse tema em uma unidade programada para estudo e reflexão.

A Educação Especial requer envolvimento não só da área da Psicologia, mas de todas as áreas do conhecimento. Estamos falando de uma tarefa interdisciplinar responsável por integrar o que desfacelamos na História das diferenças, incluindo nas nossas relações, sobretudo, a dignidade com esse outro pertencente de si mesmo. Mas do que isso de uma tarefa que se faça nutrir dentro de uma perspectiva transdisciplinar.

Com esse trabalho esperamos contribuir na reflexão da quantidade de ações que podemos estar criando para fazer do Campus Avançado de Jataí, uma Universidade formadora e disseminadora de conhecimentos mais democráticos, e possa, sobretudo refletir sobre concepções formadas de homem/mundo, ensinar a pensar sob a ótica do outro e respeitar as singularidades humanas. Uma universidade que saiba lidar com o diverso, com a mistura, com a heterogeneidade, sem barreiras, sem preconceitos, uma universidade, que contemple a cidade, o universo, o verso, o reverso, e o avesso dos conhecimentos na tentativa de ser melhor do que um dia antes.

Espero que você tenha percorrido a aridez desses caminhos, mas que não tenha visto só aquilo que desprestigia a construção e cultivos dos sentidos e significados humanos, mas que tenha contemplado possibilidades reais e férteis de transformação da face dessa realidade que se interpõe entre nós e a articulação com a educação e com a vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 9050. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano**/Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT,1997.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). **Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas Brasileiras**. Campinas: Autores Associados, 1998.

BORGES, Patrícia, et al. Relatório final do projeto de investigação científica.IN: **Campus Avançado de Jataí e os deficientes cadeirantes**. CAJ/UFG. 2003.

BRASIL.Ministério da educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior**. Avaliação das Condições de Ensino. Manual de Avaliação do Curso de Pedagogia, 2005.mimeografado.

MACADAR, Raul. **Projeto arquitetônico para a escola construtivista** In. GROSSI, Esther Pillar e BORDIN, Jussara. Paixão de Aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOURA, Adriana Dornas. **O direito à diferença**. Curso de Educação Especial. 2004. 3f. Notas de aula.mimeografado.

NBR 9050

**Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos**/Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro:ABNT,1997.

PROJETO ESCOLA VIVA – **Garantindo o Acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, C327. 2000.

REZENDE, Ana Paula Crosara e SILVA, Idari Alves da – **Manual de Acessibilidade: Como fazer certo e fácil**.Uberlândia:Ed. Grafy; Brasília CORDE,1999.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Pioneira, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Pró – Reitoria de Graduação**. Goiânia. CEGRAF/UFG, 1997. 483p.